

Coluna do Castello

Sarney: "Não vou dar nada"

29 JAN 1988

"Eu não pago este preço. Não vou dar nada", disse-me ontem o presidente José Sarney ao comentar, com evidente mal-estar, as declarações dos deputados Roberto Cardoso Alves e José Lourenço a propósito de recompensas pelos votos em favor do mandato de cinco anos. "Esse tipo de coisas não tem sentido e nenhum interesse do governo e do país justifica concessões como as que foram equivocadamente preconizadas", acrescentou. Para ele, portanto, em matéria de vida pública, "não é dando que se recebe". Nem um ano a mais de mandato, proposto em função de "razões de Estado", pois com isso pensaria apenas em passar o governo a um sucessor com a governabilidade plenamente restabelecida, será alcançado mediante pagamento em favores e distribuição de cargos de qualquer escalão do poder público.



As declarações do deputado Roberto Cardoso Alves, um dos principais articuladores do *Centrão*, e do deputado José Lourenço, líder do *PFL*, causaram dano moral ao governo e o presidente as repele. Para tornar nítida sua atitude diante do lamentável episódio, reiterou ele, em memorando reservado dirigido aos ministros de Estado, recomendação anterior de que não se adotem critérios fisiológicos para a contratação ou nomeação de pessoas para o serviço público.

Eis a íntegra do memorando reservado, ditada pelo próprio presidente:

"Renovo a recomendação feita anteriormente no sentido de que, no preenchimento das funções públicas nesse Ministério e órgãos subordinados, sejam obedecidos exclusivamente os critérios de probidade, capacidade e confiança. Nenhum interesse subalterno poderá e deverá fazer o governo afastar-se dos seus padrões éticos. O presidente da República não tem interesses outros a defender senão os do país. Saudações, a) José Sarney, presidente da República".

Lembrou ainda o presidente que, além de não expressar a realidade nem o sentimento do governo, declarações como as que fizeram aqueles dois deputados o inibem de fazer mudanças que não sejam estritamente imperativas na administração federal. Ele não quis comentar o primeiro malogro do *Centrão* na votação do plenário, quando não obteve número para aprovar seu projeto de preâmbulo da Constituição, mas admitiu que esse movimento teve por inspiração dominante reagir contra radicais que, com o controle da Comissão de Sistematização, tentaram fazer um texto constitucional à revelia do pensamento da maioria dos constituintes.

Hoje há desconfiança de que, entre os objetivos dos coordenadores do *Centrão*, haja principalmente a intenção de retardar a votação da Constituição. Outras fontes políticas identificam "simulação generalizada" na condução do processo constitucional em substituição a lideranças autênticas que não se afirmaram em qualquer dos setores que se atrimam em torno dos temas em debate. Independentemente dessas observações, pareceu claro, na primeira votação, que a aglutinação do *Centrão* é mais episódica do que genérica, tal como desconfiavam os líderes do PMDB. Muitos constituintes apoiaram a reforma do regimento para lutar contra regras definidas do texto da Sistematização, mas não têm compromisso com o projeto elaborado pelos "coordenadores".

Como exemplo, cita-se o deputado Luiz Viana Neto, que, tendo subscrito a emenda regimental do *Centrão*, votou contra o projeto de preâmbulo. O político baiano dispõe-se a votar pelas emendas que atendam à sua orientação doutrinária ou aos seus interesses políticos, mas não dará seu voto para aprovar indiscriminadamente teses de um movimento em cujos bastidores, segundo desconfia, cresce a influência do ministro Antônio Carlos Magalhães.

A votação do preâmbulo, que poderá ter ocorrido ontem em função de acordo que, na noite anterior, anunciava o presidente da Constituinte, sr. Ulysses Guimarães, poderá indicar o caminho que resta à viabilização do texto constitucional: a negociação e o acordo, capítulo por capítulo e emenda por emenda. Admite-se que o *Centrão* venha a obter maioria eventual para alguns itens do seu projeto, mas, como os demais estão na faixa do risco, mesmo aqueles que contariam com os 280 votos deveriam ser submetidos à negociação, que se fará generalizadamente se se pretende ter uma Constituição aprovada nos próximos meses.

O incidente da primeira votação demonstrou também o quanto poderá ser retardada a votação da nova Carta se as diversas partes não se dispuserem ao entendimento. A obstrução, oriunda de todas as fontes possíveis, seria a norma na tramitação do projeto a tal ponto que se tornaria praticamente imprevisível a data em que a nação teria um texto constitucional apto a ser promulgado e a entrar em vigor.

As emendas populares

As emendas populares, oriundas da colheita de assinaturas de eleitores em todo o país, deverão ressurgir no plenário por iniciativa do senador Pompeu de Sousa. O representante do Distrito Federal anunciou ontem da tribuna ter conseguido 102 assinaturas para o projeto que dá preferência àquelas emendas, praticamente afastadas pela Comissão de Sistematização.

Carlos Castello Branco